

Desvelando as Teias do Poder: Raça, Gênero e Classe nas Relações de Dominação no Brasil

Unveiling the Webs of Power: Race, Gender, and Class in Domination Relations in Brazil

Joana dos Santos¹

Barbara Santana Ribeiro²

Ueliton Santos Moreira-Primo³

Resumo: Neste texto, examinaremos como se dão as relações de poder no Brasil, a partir da obra “O Poder do Macho”, de Heleieth Saffioti, lançada em 1987. Para tal, será analisado o entendimento da autora sobre como os sistemas do patriarcado, racismo e capitalismo se imbricam e se constituem como sistemas de dominação e exploração na sociedade brasileira. Inicialmente, serão discutidas as questões do patriarcado e do gênero que, como coloca a autora, são questões atravessadas pelas opressões sexistas e, em seguida, discutiremos como as discriminações raciais e de classes se interligam ao poder do macho e operam conjuntamente. Para Heleieth Saffioti, o conjunto desses sistemas serve para beneficiar e dar poder aos homens, aos brancos e aos ricos.

Palavras-chave: Heleieth Saffioti; Relações de Poder; Gênero; Raça; Classe.

Abstract: In this text, we will examine how power relations occur in Brazil, based on his work “O Poder do Macho”, by Heleieth Saffioti, released in 1987. To this end, we will analyze the author's understanding of how the systems of patriarchy, racism and capitalism overlap and are constituted as systems of domination and exploitation in Brazilian society. Initially, we will discuss the issues of patriarchy and gender which, as the author puts it, are issues crossed by sexist oppressions, and then we will discuss how racial and class discrimination are interconnected with male power and operate together. For Heleieth Saffioti, the combination of these systems serves to benefit and empower the man, the whites and the rich.

Keywords: Heleieth Saffioti; Relations of Power; Gender; Race; Class.

¹ Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGPSI/UFS). Endereço eletrônico: joana23@academico.ufs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7780-4432>

² Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGPSI/UFS). Endereço eletrônico: ribeiro.barabasantana@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7503-7487>

³ Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGPSI/UFS). Endereço eletrônico: uelitonpsi@academico.ufs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7784-5341>

Houve época em que as estudiosas da problemática feminina não constituíam nenhuma ameaça. Tratava-se, segundo a opinião geral, de um assunto secundário que só interessava àquelas feministas tidas e havidas como mal-amadas. Contudo, à medida que se foram produzindo estudos sérios sobre o assunto, este foi deixando de ser inofensivo e foi passando a ser subversivo.

Heleieth Saffioti, em “O poder do macho”.

Introdução

Heleieth Iara Bongiovani Saffioti nasceu em Ibirá, no estado de São Paulo, em 4 de janeiro de 1934. Foi uma socióloga marxista, feminista e professora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, do campus Araraquara. Tornou-se uma grande referência brasileira e reconhecida internacionalmente por seus estudos de Gênero a partir da concepção de Classe, responsável por esmiuçar as relações sociais e demonstrar os vínculos entre as Relações de Gênero e o Capitalismo, em sua primeira obra “A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade”, fruto de sua tese de Livre Docência, sob orientação do professor Florestan Fernandes. Heleieth Saffioti foi e continua a ser uma das principais estudiosas e intelectuais do Brasil. A autora, que faleceu em 13 de janeiro de 2010, na cidade de São Paulo, nos deixou as suas importantes obras para que possamos desvelar os sistemas de poder, dominação e exploração que pairam e assolam a sociedade brasileira.

Em 1987, Saffioti lançava uma de suas principais obras, intitulada “O Poder do Macho”. O livro em questão é voltado para o público em geral, com o objetivo de atingir o público leitor fora da academia, e traz o caráter militante da autora combinado à sua função como socióloga. A autora traz a perspectiva de que o poder na sociedade é constituído por uma tríade, uma espécie de “nó”, no caso: o patriarcado-racismo-capitalismo. Para Saffioti, este seria o sistema de dominação-exploração que marca a estrutura de poder da sociedade brasileira, no qual esses três fenômenos se imbricam, sem hierarquia entre eles.

Na obra “O Poder do Macho”, um dos pontos de partida é a compreensão de que homens e mulheres ocupam lugares diferentes e a sociedade se incumbem de delimitar, com bastante precisão, os campos em que a mulher pode operar, da mesma forma como escolhe os terrenos em que o homem pode atuar. Assim, aos homens são conferidos poder e

privilégios, ao passo que as mulheres ficam em desvantagem, relegadas às responsabilidades do trabalho doméstico e excluídas dos espaços de poder. O lugar que marca essas diferenças é carregado de desigualdade e violência, mas tende a ser naturalizado para beneficiar o homem. No processo de naturalização, nega-se que o gênero e os papéis sociais atribuídos a ele são elementos constitutivos das relações sociais, construídos sócio-historicamente. Tal construção é baseada em símbolos, normas e instituições que definem modelos de masculinidade e feminilidade e padrões de comportamento aceitáveis ou não para homens e mulheres.

Para Saffioti, na maioria das sociedades, as relações de gênero são desiguais. Os desequilíbrios de gênero se refletem nas leis, políticas e práticas sociais, assim como nas identidades, atitudes e comportamentos das pessoas. As desigualdades de gênero tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e a discriminação de classe, raça, etnia, orientação sexual, religião, dentre outras.

Em “O Poder do Macho”, Saffioti afirma que a discriminação contra a mulher, e não só a mulher, mas também o negro no Brasil, é socialmente construída para beneficiar quem controla o poder econômico e político. E o poder é “macho” e “branco”. Para ela, o patriarcado é, historicamente, o mais antigo sistema de dominação-exploração. Esse sistema é definido pela autora como sendo o conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, além de solidariedade entre os mesmos, que os possibilitam controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres. Nesse sistema, as mulheres são vistas como objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, reprodutoras de força de trabalho e reprodutoras de novas reprodutoras. Portanto, diferentemente dos homens, como categoria social, a sujeição das mulheres, também enquanto grupo, envolve prestação de serviços sexuais e de reprodução aos seus dominadores/opressores.

A análise de como a sociedade, historicamente e ainda hoje, busca naturalizar a crença de que a mulher nasceu para ser mãe, cuidadosa, dócil e “do lar”, é muito valiosa na obra de Saffioti. A autora exemplifica que a socialização dos filhos constitui tarefa que é tradicionalmente atribuída às mulheres. E mesmo que a mulher exerça uma função fora do lar, continua sendo responsabilizada pela tarefa de cuidar dos mais jovens e prepará-los para a vida. Saffioti destaca, no entanto, que estas regras não são iguais para todas as mulheres. Para ela, nas classes dominantes, a delegação dessa tarefa não necessita de legitimação da

necessidade de trabalhar fora. Essas mulheres podem desfrutar da vida ociosa, pelo menos no que tange ao trabalho manual/braçal que a educação dos filhos exige (lavar, cozinhar, arrumar, banhar, etc.), mas, mesmo assim, esta mulher não está isenta de orientar seus filhos, assim como de supervisionar o trabalho de serviços contratados, que, em geral, também são feitos por mulheres (principalmente mulheres negras), para o desempenho desta função.

Para a autora, a sociedade investe muito na naturalização deste processo de tornar o lar o lugar da mulher. Tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua “capacidade natural de ser mãe”. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz, mas essa naturalização cumpre um papel de manutenção de poder para os homens, pois, confinadas no espaço doméstico, as mulheres não participam da vida pública, da vida política, não tomam decisões importantes que ditam, inclusive, o seu acesso a direitos sociais.

Esta concepção é uma das principais contribuições de Heleieth Saffioti à pauta dos movimentos feministas que emergiram no Brasil em sua época e ainda atualmente. Isso porque este lugar da mulher enquanto prestadora de serviços sexuais e reprodutivos não ganhou espaço apenas no imaginário social, mas também nas políticas de saúde. Por exemplo, no Brasil, a saúde da mulher foi inserida nas políticas nacionais de saúde durante as primeiras décadas do século XX, sendo, nesse período, restrita às demandas referentes à gravidez e ao parto, traduzindo uma visão limitada e naturalizada sobre a mulher, baseada em sua especificidade biológica e no seu papel social de mãe e doméstica, responsável pelo lar, pela criação, educação e cuidado com a saúde dos filhos e demais membros da família (BRASIL, 2007). Ou seja, o sistema do patriarcado é estrutural, pois se instaura em toda a estrutura da sociedade e, ao produzir desigualdade e discriminação contra as mulheres, reforça a ideia de superioridade masculina, baseada na naturalização dos papéis de gênero.

A obra de Saffioti, tal qual importantes lutas e reivindicações históricas, como as do Movimento Feminista, marcadas pela luta das mulheres por direitos civis, políticos e sociais, denuncia como a visão discriminatória em relação às mulheres é danosa e nociva. Com isto, se cobra a construção e a implementação de políticas públicas nacionais específicas para as mulheres, abrindo espaços para que elas, como sujeitos de direitos, sejam

amparadas por ações que lhes proporcionem condições de bem-estar em todos os ciclos de vida.

Para Saffioti, o que faz das mulheres reféns da visão sacrossanta da maternidade é a ideologia patriarcal. Assim, entende-se que a mulher não tem um destino biológico, mas que ela é formada dentro de uma cultura que define qual o seu papel no seio da sociedade. Esta concepção é, claro, compreendida também para o masculino. Ser homem (masculinidade) e ser mulher (feminilidade) constitui-se em processos que acontecem no âmbito sociocultural. É através da educação que recebem que se tornam homens ou mulheres. Os papéis de gênero são, portanto, socialmente construídos.

E, como observamos, a ideologia do patriarcalismo foi produzida para gerar diferentes lugares entre homens e mulheres, estando as mulheres em constante desvantagem. Saffioti analisa em sua obra como a sociedade constrói e introjeta desde muito cedo, ainda na infância, as posições desiguais do gênero. Essa ideologia se propaga em todos os espaços da sociedade, começa no seio familiar da criança e se estende nos outros espaços onde ela será inserida, como a escola, as mídias, espaços comunitários, igrejas, dentre outros. Nesses espaços, são reproduzidas marcantes divisões sexuais de papéis; há lugares e tarefas destinadas ao homem e à mulher. Começa-se antes do nascimento, pela definição do gênero: “é menino ou é menina?”. Expectativas são dadas quando se “descobre” o gênero da criança. A cor que a criança vai usar; o nome que a criança vai ter; constrói-se uma história, já existente, para aquele corpo. Com o tempo, ao filho homem, ensina-se que ele deve ser forte, viril, másculo; à filha mulher, ensina-se que ela precisa ser dócil, cuidadosa, “do lar”, bela e feminina. Quando o espaço doméstico é naturalizado como sendo da mulher, deixa-se livre para o homem o espaço público.

Nesse sentido, tal como a feminilidade, a masculinidade é uma construção social e, do mesmo modo que as mulheres, os homens são ensinados, desde a primeira infância, quais são os papéis e os comportamentos específicos da sua suposta natureza. Para Saffioti, tanto a feminilidade produz violências para as mulheres, quanto a masculinidade, por mais que dê poder ao macho, produz violências para os homens. Para ela, ser macho não significa somente ter êxito econômico. Aos machos estão sempre associados valores, tais como força, razão e coragem. Logo, os frágeis, os afetivos ou os tímidos são solicitados impositivamente a se comportarem de outra forma. São, pois, obrigados a ocultar tais compartimentos por serem estas consideradas femininas, por conseguinte, negativas para

um homem. Para não correr o risco de não incorporar adequadamente o papel do macho, o homem deve inibir sua sensibilidade. Além disso, criam-se barreiras na construção de relações verdadeiras e prazerosas entre homens e mulheres, já que, de acordo com Saffioti, o poder inibe a troca e a reciprocidade.

Segundo a autora, nossa sociedade exige que, para o homem ser considerado macho, ele precisa inibir e sufocar seus sentimentos. Na socialização dos meninos, é difundida a famosa ordem: "Homem (com H maiúsculo) não chora". A premissa segue o famoso trecho da clássica música do grupo norte-americano Village People, "Macho Man":

“Hey, hey, hey, hey, hey
Macho, macho man (macho man, yeah)
I gotta be a macho man (I gotta be a)
Macho, macho man, yeah
I gotta be a macho (ow!)”⁴

Assim, para a autora, a imposição social por uma masculinidade hegemônica pode adoecer psicologicamente e organicamente os homens, que se veem diante de uma realidade em que eles precisam cumprir fielmente o papel que lhes cabe. A sociedade o lembrará e o regulará a todo momento, para impor o que ele pode ou não fazer, como ele pode ou não se sentir ou como ele pode ou não se comportar. Saffioti coloca um exemplo dos mais diversos que existem em nossa sociedade, e nos leva a seguinte reflexão: quantos homens deixaram de chorar, por entender que isso é inapropriado para eles? Certamente, foram muitos deles. A autora salienta que mesmo que a lágrima e o choro sejam importantes para o ser vivo, tanto psicologicamente quanto organicamente, retira-se dos homens o direito de chorarem e se cria, socialmente, o mito de que isso é inapropriado para eles.

É importante destacar que uma das mais relevantes contribuições de Saffioti, em “O poder do macho”, foi analisar o poder masculino não apenas como um único poder que atua isoladamente nas estruturas sociais. Pelo contrário, para ela, o poder e o processo de dominação baseiam-se no conjunto de três sistemas: o patriarcado, o racismo e o

⁴ Tradução livre: "Ei, ei, ei, ei, ei
Macho, machão (machão, sim)
Eu tenho que ser um machão (eu tenho que ser um)
Macho, machão, sim
Eu tenho que ser um macho (ai!)”

capitalismo. Assim, interliga-se ao poder do homem, o poder do branco e o poder da classe econômica alta e rica.

Para Saffioti, o capitalismo – sistema de produção baseado na exploração da mão de obra assalariada, e o racismo – discriminação racial do negro que causa um enorme abismo de desigualdade, somam-se ao patriarcado em uma espécie de nó, uma tríade. Assim, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais e econômicas, estando também no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na "ordem das bicadas" é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres. Saffioti entende que a diferença fundamental entre o capitalismo e o escravismo/feudalismo é apenas a utilização de tecnologias capazes de aumentar a produtividade humana, o que permite maior produção e, assim, o patrão pode pagar um salário, dar férias, reduzir a carga horária. Ademais, patrão e empregado são iguais perante a lei. O trabalhador assalariado, ao contrário do escravizado e do servo, é livre. O que permanece intacto em todos estes modelos é a relação de exploração.

No entanto, a autora pondera que é preciso compreender essa liberdade, pois ela trata-se apenas de uma liberdade formal. Que significado tem a liberdade para quem deve vender sua força de trabalho, sujeitando-se às leis do mercado? Em épocas como a nossa, de falta de emprego e crise econômica, o que resta ao trabalhador senão aceitar baixos salários e condições ruins de trabalho? Principalmente, qual a cor e o gênero dos trabalhadores mais sujeitos à precarização, ao emprego informal e ao desemprego?

Essa análise se aproxima da concepção de interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw e desenvolvido posteriormente por outras pensadoras negras para se referir à “forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Crenshaw, 2002, p.177). Para elas, o cruzamento das diferentes formas de opressão cria experiências únicas de sujeição para determinados grupos, que só podem ser compreendidas e enfrentadas quando lidas em sua complexidade e singularidade.

Sobre o nascimento do patriarcado, Saffioti indica a existência de múltiplos campos da sociedade em que essa dominação se faz presente. Um campo extremamente

significativo desse fenômeno diz respeito ao poder político, uma vez que as mulheres são desestimuladas a participarem da política, a representação feminina ainda é bastante tímida. Um exemplo desse desencorajamento fica explicitado no fato de que apenas em 2015 a bancada feminina do Senado conquistou o direito a banheiro feminino no Plenário⁵, o que sinalizaria para uma tentativa de dizer que ali não é o lugar para elas. Quando não há representação feminina significativa, os homens (majoritariamente brancos) tomam as grandes decisões que afetam o povo, inclusive tomam decisões sobre os corpos e as vidas das mulheres.

No campo econômico, a presença da mulher é relativamente muito maior nas atividades não estruturadas segundo os modelos capitalistas, no segmento comumente conhecido como mercado informal de trabalho, nos trabalhos domésticos, nas profissões de cuidado, isto é, em setores das atividades que os capitalistas não tiveram totalmente interesse de explorar. Como relatado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), de 2018, as mulheres eram maioria entre os trabalhadores domésticos (95,0%), professores do ensino fundamental (84,0%), trabalhadores de limpeza (74,9%) e dos trabalhadores de centrais de atendimento (72,2%). Já no seio familiar, a dominação do homem se repete, podendo ser observada em praticamente todas as atitudes, a mais marcante, seria o fato de que ainda que a mulher trabalhe fora de casa em troca de salário, cabe a ela realizar as tarefas domésticas e de educação dos filhos. Conforme a PNAD Contínua, de 2019, as mulheres que trabalham dedicam em média mais 18,5 horas para afazeres domésticos e cuidados com a família.

Concernente ao racismo, Saffioti faz uma análise do abismo racial no Brasil, que, segundo ela, é inegável no sentido que existem inúmeras estatísticas que o denunciam, mas que ainda corre, “à boca miúda”, a ideia de que no Brasil existe uma “democracia racial”, na qual as pessoas têm oportunidades iguais e onde há harmonia entre as raças, uma ideia ilusória que dificulta a superação do racismo. Atualmente, a esta ideia, são adicionados importantes achados de diferentes áreas do conhecimento, a exemplo dos achados trazidos pela psicologia social, que observa que o discurso moderno sobre as relações raciais, no Brasil, é essencialmente contraditório. Por exemplo, Camino e colaboradores (2001)

⁵ <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bancada-feminina-do-senado-conquista-direito-a-banheiro-feminino-no-plenario>

observaram, em um estudo realizado com 120 universitários, que praticamente todos eles afirmam que no Brasil existe racismo, mas, contraditoriamente, a grande maioria não se considera preconceituosa. Ou seja, ainda que a maioria tenha consciência da discriminação racial que se vive no Brasil, os entrevistados não se sentem responsáveis por esta situação. Sem dúvidas, o mito da democracia racial, como enfatiza Saffioti, e a aparente desresponsabilização pela existência da discriminação racial, observado por Camino e colaboradores (2001), constituem-se em barreiras para a superação do racismo em nossa sociedade.

Saffioti ressalta que o sistema de discriminação racial no Brasil, somado ao patriarcado e às assimetrias de poder econômico, produz uma série de violências, sobretudo para as mulheres negras e de baixo poder aquisitivo. Uma das mais importantes ponderações da autora diz respeito à condição da mulher negra, que é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra. Para ela, de acordo com o modelo oficial, cabe à mulher negra dois papéis: o de empregada doméstica e o de objeto sexual, papéis que são fáceis de observar numa análise da mídia brasileira, onde este papel está fortemente demarcado.

Na concepção de Saffioti, sendo o sistema de dominação e exploração formado por esses três sistemas (patriarcado, racismo e capitalismo), o conjunto desses três sistemas deve ser enfrentado, visando à construção de uma sociedade mais justa. A autora é enfática ao dizer que a luta contra apenas um desses sistemas é um erro. Nesse sentido, a democracia só pode existir em função da simetria, da igualdade entre todos, quer se trate de trabalhadores manuais ou intelectuais, de homens ou mulheres, de brancos ou negros.

Além de Saffioti, outras intelectuais e escritoras brasileiras discorrem sobre o papel do gênero, da raça e da classe para a manutenção das relações de poder e dominação nas sociedades. Nomes como Lélia González, uma das mais importantes intelectuais no que se refere à leitura da sociedade brasileira, a partir das análises de gênero, raça e classe, chamam a atenção para as especificidades das experiências das mulheres negras no Brasil e para a importância de compreender a natureza do entrecruzamento de diferentes opressões. Em sua análise, Gonzalez não apenas reconhece a intersecção entre raça, classe e gênero, mas também destaca a forma como esses elementos são entrelaçados e coexistem na construção da sociedade brasileira. Ela destaca a importância de tomar consciência dessa estrutura

inconsciente para que a população negra, especialmente as mulheres negras, possam resistir e dismantelar essas estruturas opressivas, as quais são calcadas no poder branco-patriarcal.

Ao fechar a obra “O Poder do Macho”, Heleieth Saffioti convida a todas e todos nós a continuarmos lutando por uma sociedade mais justa e democrática, com vista à superação de todas as injustiças e desigualdades que nela estiverem presentes. Certamente, como diz a autora, não existe uma única maneira de lutar contra as discriminações raciais, sexuais e de classe. Para ela, é fundamental que a luta seja organizada e consciente, sendo necessário um despertar da consciência da classe trabalhadora, das mulheres e dos negros. Mas essa luta não deve ser apenas de quem pertence a esses grupos, afinal, todos podem e devem contribuir na luta contra esses sistemas de opressão e dominação. Para a autora, a sociedade precisa se reorganizar, se reestruturar e se reconfigurar. Portanto, a educação seria uma das principais vias para isso, educando as crianças a partir de outras lógicas, com vistas à superação do patriarcado, do racismo e das assimetrias econômicas.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. 2007.

CAMINO, L., SILVA, P. MACHADO, A., PEREIRA, C. A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. **Revista Psicologia Política**, 1(1), 13-36, 2001.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Rev. Estudos feministas*, 10(172), 171-188, 2002.

IBGE. **PNAD CONTÍNUA 2018**. Disponível em:
<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/2511-np-pnad-continua/17270-pnad-continua.html?t=microdados>>

IBGE. **PNAD CONTÍNUA 2019**. Disponível em:
<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27762&t=resultados>>

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica, 1987.